

MERCADO GEOPOLÍTICO: O GRANDE JOGO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS, A RÚSSIA E A CHINA PELA ÁSIA CENTRAL

GEOPOLITICAL MARKET: THE GREAT GAME AMONG THE USA, THE RUSSIA AND THE CHINA IN CENTRAL ASIA

Renato Borges (UERJ)
renato.t.borges@hotmail.com

Resumo: este artigo discute, durante a primeira década do novo milênio, a geopolítica na Eurásia, com um estudo de caso sobre o Uzbequistão, e analisa o comportamento das potências - que buscam ali influência e recursos naturais - e dos Estados recém-independentes, alguns destes considerados dentro da categoria de Estados falidos. O foco recai sobre a Ásia Central a partir do momento em que, no início dos anos 9, independência e soberania foram exigidas na região, formando, daí, um vácuo de poder eurasiático. A partir disso, verificamos como se dão as relações internacionais desses Estados para atingir seus interesses nacionais no chamado Grande Jogo. Em suma, os argumentos apresentados no texto indicam que há o perigo de um conflito de grandes proporções em uma região de instabilidade secular onde as potências buscam no mercado geopolítico adquirir alianças e se envolvem, assim, em disputas internas, étnicas e fronteiriças que reduzem a distância entre elas e aumentam a possibilidade de um choque físico.

Palavras-Chave: Ásia Central. Mercado Geopolítico. Novo Grande Jogo.

Abstract: this article discusses, during the first decade of the new millennium, the current Eurasian Geopolitics, with a case study on Uzbekistan, and it analyses the behavior of great powers – which search for influence and natural resources there – and of newly independent countries, some of them considered as failed states. It focuses on Central Asia since the time when, in early 1990, independence and sovereign were required in the region, forming a gap of Eurasian power. Then, it is seen how these States' international relations are done to reach theirs national interests in the called Great Game. In short, the discussions presented in the article indicate that there is a danger of a major conflict in a region of instability where the great powers seek, in a geopolitical marketplace, to get alliances and, as a result, they become involved in internal, ethnical and border disputes that reduce the distance among them and increase the chance of a physical clash.

Key-words: Central Asia. Geopolitical Marketplace. New Great Game.

Recebido em: 08/09/2014.

Aprovado em: 14/09/2014.

Considerações iniciais

O portal *Wikileaks*, em 2010, divulgou a infracitada conversa de outubro de 2008, no Quirguistão, entre Príncipe Andrew, do País de Gales, e um Embaixador americano:

Addressing the Ambassador directly, Prince Andrew then turned to regional politics. He stated baldly that 'the United Kingdom, Western Europe (and by extension you Americans too)' were now back in the thick of playing the Great Game. More animated than ever, he stated cockily: 'And this time we aim to win!' (WIKILEAKS 2010).

O episódio do Grande Jogo acometeu uma das regiões mais instáveis do mundo: a Eurásia. Estendendo-se da Europa à Ásia, a Eurásia é a massa de terra que compreende grande parte desses dois continentes e que permeia os mais diversos relevos, faunas, floras, assim como

tensas divisões étnicas. Delimitado entre a Ásia Central e o Mar Cáspio, o seu núcleo central, ou *Heartland* (no original), engloba, além de parcelas da China, Índia e Irã, as antigas repúblicas soviéticas do Cazaquistão, da Armênia, do Azerbaijão, do Quirguistão, do Tadjiquistão, do Turcomenistão e do Uzbequistão.

O geógrafo britânico, Sir Halford Mackinder, em “*The Geographical Pivot of History*” - cujas ideias perduram por todo o século na grande maioria dos pensadores geopolíticos -, sustentou que aquela geografia é o pivô do equilíbrio global e o Estado que a conquistasse seria capaz de se locomover para quaisquer lados da região (BRZEZINSKI, 1997). Mackinder descobriu que, historicamente, o poder continental se expandia sucessivamente como uma força centrífuga para as periferias do Velho Mundo, enquanto as regiões marginais da Eurásia reagiam pressionando esse poder como uma força centrípeta na tentativa de encurralar o rival. Pela ocorrência da inacessibilidade de uma força naval ao redor deste imenso território banhado por mares gelados, inabitáveis desertos e impenetráveis cordilheiras, o poder terrestre teria vantagens em estabelecer-se e explorar os recursos naturais lá existentes. O Estado que dominasse o *Heartland* poderia, a partir daí, comandar toda a Eurásia e suas respectivas adjacências que se juntavam para formar o que ele chamou de *World Island*.

Disso feito, o poder que dominasse a Eurásia teria controle de duas das três mais avançadas e economicamente produtivas regiões do globo. Além de subordinar o continente africano e submeter o hemisfério ocidental e a Oceania a sua influência, a potência reuniria 75% da população mundial. A Eurásia ainda conta com 60% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e três quartos das reservas de energia até então conhecidas. Essas informações apontam e verificam na história das relações entre o Ocidente e o Oriente os primeiros passos, na era moderna, da tentativa de expansão e controle de Estados pivôs da Ásia Central pelas potências ocidentais na defesa de interesses nacionais conflitantes.

Batizado de o Grande Jogo por um oficial inglês da época, Arthur Conolly, e divulgado ao público por um romancista de mesma origem, Rudyard Kipling, o termo se referia à rivalidade estratégica entre o império britânico e o império russo pela supremacia na Ásia Central. Para o Vice-rei da Índia em 1898, Lorde George Curzon, a disputa era algo além: “[t]o me, I confess, They [Turkestan, Afghanistan, Transcaspia, Persia] are pieces on a chessboard upon which is being played out a game for the dominion of the world.” (KLEVEMAN, 2003, p.03)

Agora, um século depois, impérios uma vez mais rivalizam sobre aquele território na tentativa de firmar suas posições e controlar o coração do mundo, exposto em um vácuo de poder após a queda da União Soviética. Os atores são outros, as regras são mais complexas e não somente poderes regionais como o Irã, China e Turquia participam do jogo como também

novos atores do sistema internacional: as empresas transnacionais, particularmente as indústrias de armamento e as multinacionais do petróleo e gás.

A maior novidade do Novo Grande Jogo são os espólios. Enquanto no século XIX a disputa era pelas riquezas da Índia – motivo da vaidade do grande império britânico, o atual reflete a busca por abastecimento e transporte seguros de energia, principalmente de petróleo e gás, em uma região conhecida por ter as maiores reservas inexploradas do planeta quando diversos outros campos até então utilizados dão sinais de esgotamento. Keleveman (2003) cita, como exemplos de novas reservas, o Azerbaijão e o Cazaquistão que, sozinhos, podem estar estacionados em cima de mais de 130 bilhões de barris de petróleo, mais de três vezes as próprias reservas dos Estados Unidos. Anos atrás, o campo de Kashagan, descoberto ao longo da costa cazaque, foi considerado um dos cinco maiores campos de óleo da Terra.

1. A nova competição

A competição por novos mercados e a busca pela saciedade de uma demanda de commodities cada dia mais exigente se tornaram globais. Atualmente, o mercado geopolítico, isto é, a competição das potências por esferas de influência possuidoras de bens primários é o reflexo da escolha dos países em desenvolvimento, considerados por alguns analistas como o atual Segundo Mundo, da superpotência – sendo às vezes não somente uma - que será sua protetora (KHANNA, 2008). Partindo desta perspectiva, se um determinado *player* (i.e. grande potência) tenta isolar um adversário, existe a possibilidade de que outro apareça e se alie àquele Estado e mude o quadro geopolítico da região. Baseando-se nesses parâmetros, o futuro dos países-pivôs, principalmente países do Segundo Mundo produtores de energia em abundância, depende da relação com as potências envolvidas e o futuro destes está em reciprocidade com a maneira de lidar com os respectivos pivôs do xadrez eurasiático.

Os países do Segundo Mundo são os Estados que servem de fiel da balança num mundo multipolar: suas decisões podem alterar o equilíbrio global de poder. Alguns tentam montar uma sofisticada política de multi-alinhamento, extraindo vantagens do maior número possível de superpotências. Outros são demasiado fracos para jogar as superpotências umas contra as outras, caindo na esfera de influência de apenas uma delas (KHANNA, 2008, p.28).

Na diplomacia das potências atuais, compreendendo estas como a chinesa, a europeia e a estadunidense, percebe-se uma diferença de estilo negociador que contribui para a atração ou não de um Estado menos desenvolvido na balança dos interesses dessas grandes potências. Quer-se dizer, por exemplo, que enquanto os Estados Unidos e sua casa democrática têm problemas com as imagens interna e externa ao se aliarem a um Estado autoritário; por outro

lado, a China, com seu estilo diplomático de consulta e oferta acessível de créditos, cujas exigências não incluem melhorias no tratamento de questões sociais e das instituições democráticas, projeta sua influência para aquelas localidades onde a competição se acirra pelo ganho ou perda de poder em um jogo de soma-zero.

Com o mercado da geopolítica, as potências contemporâneas envolvidas irremediavelmente na interdependência do sistema aumentam as chances de conflitos quando esbarram nos interesses de outro próximo com interesses consonantes. Esses Estados comerciais “abrigam corporações globais que controlam cadeias mundiais de abastecimento não raro sediadas em domínios dos outros impérios [...]” (KHANNA, 2008, p.25). Desta forma, a manutenção da prosperidade depende da força e não da fraqueza dos outros.

O encolhimento do mundo causado pela evolução da globalização ilustra uma coexistência de diversas potências e prenuncia uma era de competição mais intensa entre as mesmas. Os Estados menores, mas com grande potencial de abastecimento de recursos, são agora comprados e não mais colonizados. Assim como os recursos nos quais se assentam, suas posições no cenário internacional são, hoje, bens de barganha com os Estados mais poderosos.

Destarte, os formuladores de política das potências procuram decifrar o que aqueles países querem e quais as suas concepções de sucesso, já que há novas maneiras de promoverem seus interesses a partir do jogo que o mercado geopolítico reinicia no pós-Guerra Fria. No século XIX, a Rússia e a Grã-Bretanha usaram os Estados localizados no *Heartland* da Eurásia como peões. Nos dias de hoje, no novo Grande Jogo, as grandes potências se encontram parcialmente à mercê das vontades e barganhas dos Estados centro-asiáticos, os pivôs do Segundo Mundo eurasiático. Na Ásia Central, os países têm se alinhado à potência que lhes oferecem o que desejam por medo conteúdo de seus interesses nacionais. Aquela que melhor o fizer irá ganhar terreno e satisfazer seus objetivos, dominando, assim, um espaço no tabuleiro de xadrez da política internacional e, por conseguinte, ainda sobrepujará as demais rivais.

2. Mercado geopolítico: Caso Uzbequistão

Localizado no coração islâmico do continente e conferido com certa homogeneidade (usbeques compunham 69% da população até o início do século XXI), o Uzbequistão é a maior e mais poderosa república centro-asiática e suas fronteiras avançam sobre todos os outros países da Ásia Central, inclusive a província autônoma chinesa – e de tendência separatista - de Xinjiang. O Estado conta com relativa pujança econômica devido aos

esforços soviéticos em converter a colônia em um gigantesco supridor agrícola para a metrópole e adjacências, além de um currículo como o maior centro comercial e industrial da Ásia Central.

Segundo Kleveman (2003), a região é intitulada como a “Disneylândia de Stalin”, referindo-se à política de balcanização, ou manipulação, dirigida pelo líder soviético na construção superficial das fronteiras daquele continente, onde diversos grupos étnicos passaram a conviver em relações hostis ou eram expulsos de seus lares para campos de abastecimento e de trabalho forçado para a metrópole.

Fundamental é reconhecer, também, a quantidade de recursos minerais como ouro, reservas de gás e autossuficiência em petróleo que empurram adiante o potencial econômico. Alvo de críticas no passado por causa de violações aos direitos humanos, os Estados Unidos passaram a ignorar o problema e aumentaram o investimento direto em conjunto com a assinatura de acordos diversos quando os interesses no Afeganistão se elevaram concomitantemente com o desejo de isolar o Irã – país este pertencente ao “Eixo do Mal”, de acordo com o ex-presidente George Bush.

Ao mesmo tempo, a preocupação com o crescimento da influência russa na região se tornou tema de discussão no Legislativo estadunidense e deu forças ao novo padrão de relacionamento dos Estados Unidos na região. Como retribuição, Tashkent procurou manter distância da Rússia e, como demonstração desta amizade, foi o primeiro Estado centro-asiático a envolver-se no programa de treinamento militar da Organização do Atlântico Norte (OTAN) sob o nome de “Parceria pela Paz”, contando ainda com a adesão do Quirguistão e Cazaquistão (RASHID, 2003, p.121).

Na Eurásia é talvez o Estado modelo mais significativo, pós-atentados terroristas de 2001 nos Estados Unidos, para perceber e, a partir daí, analisar as mudanças das geoestratégias na região e os movimentos que caracterizam o mercado geopolítico. A capital, Tashkent, foi cortejada pelo governo estadunidense logo após os atentados de 2001 com o objetivo de instalar bases militares e receber permissões de aterrissagem no Uzbequistão. A intenção era preparar ataques contra o grupo terrorista Talibã no Afeganistão. No entanto, de acordo com Rashid (2003, p. 229) “essa solicitação criou um sério dilema para a Rússia e para a Ásia Central”, levando em consideração que o território eurasiático havia sido o quintal da Rússia e a mesma tentava impedir qualquer presença exterior no local, inclusive e principalmente militar. O presidente russo, Vladimir Putin, foi o primeiro líder a enviar condolências ao governo dos Estados Unidos pelo onze de setembro, sendo seguido pelos demais países da Ásia Central e pelo Partido Comunista Chinês; todos que de uma forma ou

de outra travam conflitos contra insurgentes e terroristas e que mais tarde afirmariam em público o descontentamento com a permanência militar ocidental indeterminada.

O receio de Moscou se fundamentava na suposição de que instalar bases temporárias no Uzbequistão fosse o início de uma tentativa de firmar uma presença permanente na Ásia Central, sendo, assim, um ponto de partida para a geoestratégia americana que objetiva o distanciamento do Estado russo da Eurásia e garante o acesso e a preservação dos interesses sobre os recursos naturais lá existentes. Os dirigentes centro-asiáticos também não receberam com agrado a presença estadunidense próxima de suas fronteiras e receavam ajudar em ofensivas contra o Talibã, já que poderiam ser interpretados por certos grupos extremistas, como o Movimento Islâmico do Uzbequistão (MIU) e Hizb ut-Tahrir (HT), como lacaios dos Estados Unidos. O desfecho, de acordo com os centro-asiáticos, se daria em retaliações de agentes terroristas contra a população local.

Ao postergar uma resposta sobre a solicitação dos Estados Unidos, o presidente russo, Vladimir Putin, tentava convencer seus vizinhos a chegarem a uma decisão política coletiva ao mesmo tempo em que tentava firmar Moscou como o ainda-principal formulador de políticas da região. Porém, nos dias seguintes as seis ex-repúblicas soviéticas anunciavam separadamente que cederiam às solicitações - estas com algumas condições, e permitiriam as instalações militares estadunidenses.

A partir daí, os seis “istões” forneceram terreno para aterrissagem, a liberalização do espaço aéreo e o compartilhamento de informações de inteligência. O Uzbequistão, no entanto, foi mais além. Este concedeu aos Estados Unidos não somente a utilização das bases militares nacionais como também o posicionamento e autorização para conduções de missões a partir do território nacional. Este episódio é um marco na história recente da Eurásia, “pela primeira vez, tropas ocidentais estariam operando a partir do coração da Ásia Central” e, de forma inédita, coisa assim seria feita em um país que fez parte do império soviético. Como anunciou o governo uzbeque, esse acordo faz parte de “um relacionamento qualitativamente novo, baseado em compromissos de longo prazo para aprimorar a segurança e a estabilidade regional”; um acordo histórico que implicaria possivelmente em uma maior presença da OTAN e, conseqüentemente, estadunidense na região (RASHID, 2003, p.231).

Em troca das solicitações estadunidenses, o Uzbequistão procurou garantir auxílio de Washington à segurança e à inviolabilidade de suas fronteiras, à assistência técnica militar e à capital estrangeiro. Os Estados Unidos decidiu designar em outra concessão o grupo MIU como terrorista, rendendo simpatias entre os serviços de inteligência de ambos os governos. Imediatamente, o Banco Mundial enviou uma delegação para Tashkent com o objetivo de

descongelar a relação entre o país e a Instituição e forneceu novos empréstimos para garantir a estabilidade econômica ao Uzbequistão - país que seria, a partir de então, um *front* geoestratégico na guerra contra o terrorismo e uma peça importante dos interesses ocidentais no grande continente.

A maior preocupação para Moscou em relação à presença de forças externas era o fato de que estas prejudicassem sua influência política na Ásia Central, ao passo que o Uzbequistão via nessa aliança estratégica com a América do Norte um pilar fundamental na ampliação de sua independência para com os russos. Além disso, caso aceitasse as ofertas ocidentais Tashkent receberia apoio internacional na luta contra o terrorismo desencadeado pelo MIU, cujas reivindicações se baseiam na má administração autoritária de Islam Karimov e no seu “entreguismo”, senão a própria venda – de acordo com os insurgentes, de terras uzbeques aos Estados Unidos. É importante notar que graças à aliança militar com as administrações estadunidenses – que diminuíram, ou passam a ignorar, as recomendações referentes aos direitos humanos – os governos centro-asiáticos aumentaram a repressão ao ativismo islâmico em seus territórios.

A resistência do maior Estado centro-asiático às tentativas russas de conter os vizinhos em sua própria órbita de influência vigorou, Karimov tem mantido a autonomia de seu Estado esforçando-se para manter a Rússia como aliada e, ao mesmo tempo, procurando novas fontes de auxílio político, econômico e militar. As oscilações políticas do Uzbequistão com as potências são evidentes. Exemplo marcante se verifica no ano de 1999, quando o governo do país abandonou o pacto de segurança da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) para formar um grupo pró-ocidente e, em 2000, surpreendendo os próprios cidadãos uzbeques, discursou a favor de uma controversa proteção russa ao assinar um acordo de cooperação militar com Moscou. Porém, em 2001, continuando a rejeitar o tratado de segurança da CEI encabeçada pela Rússia, o presidente Karimov decidiu filiar-se ao programa de segurança regional da OTAN, condenando os líderes vizinhos por permitirem soldados russos em solos soberanos, o que afetou inclusive as relações da Rússia com outros Estados da Ásia Central, tal como o Quirquistão - Estado foco de agressões verbais e alvo de objetivos de natureza agressiva por parte do Uzbequistão.

Na tentativa de consolidar o papel de líder e, disto, resultando em litígios diplomáticos com seus vizinhos, Rashid afirma que o Uzbequistão conseguiu alimentar a imagem de um patrulheiro regional, tanto para os Estados Unidos quanto para a Rússia, e estes prometeram ajudar o país eurasiático ao tentar influenciar suas ações – ou seja, fazendo concessões de condições antes primordiais para acordos de longo prazo. O mercado

geopolítico se move de acordo com as necessidades do novo milênio e os interesses, para a Ásia Central, dos países que concorrem a patrono da região, fundamentam-se, principalmente, na aquisição e consequente proteção de fontes energéticas.

3. O choque de potências?

Competition of this sort comes under the rubric of geopolitics – that is, the struggle between rival powers for control over territory, natural resources, vital geographic features (harbors, rivers, oases), and other sources of economic and military advantage (KLARE, 2005, p.147).

O envolvimento das potências em uma determinada região revela a importância daquela delimitação territorial. Disso feito, verifica-se como o estabelecimento de tropas e acordos militares se tornam motivos de preocupação com as relações existentes e com os interesses que estão por trás destes movimentos. A competição intensa sobre os recursos energéticos entre as grandes potências que procuram manter-se na Eurásia e suas finalidades de abraçar e controlar a distribuição de energia aumentam as chances de um conflito de amplitude mundial. Embora não haja um interesse específico entre elas pelo choque físico, ao contrário, presencia-se nos dias atuais uma diplomacia internacional agindo consistentemente tendo em vista evitar tensões militares, o envolvimento cada vez mais intenso nos elementos políticos e econômicos daqueles Estados que permanecem constantemente em disputas locais, às vezes tribais, pode inflamar conflitos e aumentar o potencial de grandes guerras com grandes partes. Tanto os Estados Unidos, como a Rússia e a China estão localizados de maneira própria na Ásia Central e competem pela influência sobre as ricas repúblicas em recursos minerais, cujos líderes selecionam sua potência aliada sucessivamente à medida que estas últimas oferecem o que eles desejam.

Todos esses três poderosos Estados têm enviado forças de combate para regiões onde pactos militares foram estabelecidos com governantes locais. Diante dessa perspectiva, lembrando que a demanda por energia aumenta em concomitância à confiança nessas regiões produtoras para abastecimento, pode-se esperar que as grandes potências – sendo elas as maiores necessitadas e importadoras de recursos energéticos –, vão recondicionar suas posições estratégicas na tentativa de eliminar a influência adquirida pelas adversárias.

A ajuda para suprir e ampliar as condições militares de aliados não é novidade no sistema internacional. A Rússia ainda mantém seu casual auxílio em armas aos países vizinhos, como fazia enquanto União Soviética, além de ser o maior supridor desse tipo de produto para o Irã. Entrementes, os Estados Unidos abastece com armamentos e treinamentos

militares os Estados do Golfo Pérsico e os recentes países independentes que envolvem o Mar Cáspio. A China também emerge com estratégia semelhante. A potência em ascensão provém tecnologia e equipamentos ao Irã e organiza exercícios militares em conjunto com o Quirguistão (KLARE, 2005).

Além disso, os Estados Unidos e a Rússia estabelecem bases militares na Ásia Central e ambos já enviaram esquadrões aéreos para aquelas localidades. O que começou logo após a dissolução do bloco soviético vem-se intensificando periodicamente. As três potências têm assegurado de uma forma ou de outra os Estados eurasiáticos em meio a alianças militares aparentemente permanentes.

Desde o fim da Guerra-Fria estrategistas e políticos na América do Norte têm estudado o peso das ameaças da Rússia e da China no novo século. Com o término dos perigos provenientes de um sistema bipolar e o reaparecimento da questão energética como pilar de políticas externas, os respectivos estrategistas, enfocando o contexto geopolítico, perceberam a relação existente entre a energia e as rivalidades geopolíticas evidenciadas nos atos políticos e discursos proferidos de líderes locais. O grupo *Center for Strategic and International Studies* (CSIS), em 2000, afirmou que “[g]eopolitics and energy existed in a symbiotic relationship for most of the twentieth century [...] there is little doubt that symbiosis will continue” (KLARE, 2005, p.150).

O grupo ainda faz referência às três potências citadas anteriormente e à compreensão destas a respeito da importância do Golfo Pérsico e dos campos petrolíferos e de gás natural da região. Intensifica-se, assim, de acordo com o estudo, os laços políticos e militares com os produtores-exportadores - peças que participam em suas totalidades nas disputas entre as grandes potências - no interesse de salvaguardar as refinarias e os caminhos das mesmas para a importação. Para os analistas, essas atitudes elevam a suspeita dos Estados ocasionando novos movimentos no tabuleiro da competição geopolítica.

É difícil negar que os Estados Unidos queiram a manutenção da primazia nesse contexto. Repetidamente anunciadas como um “dilema de dependência” do país, as questões energéticas configuram o interesse maior da superpotência e da sua presença na Eurásia. Como consequência da confiança estadunidense nos Estados pivôs, a segurança energética dos países da região se entrelaça com a presença de forças estadunidenses pela região, provendo para Washington certa influência nos respectivos governos. Klare (2005, p.152) comenta que, antes de utilizarem o domínio militar nessas áreas com a intenção de cortar o fluxo de petróleo ou gás para potências hostis, “*we can use it to extract political favors – for*

example, the provision of troops or funds for American military campaigns – or to bully recalcitrant allies into line.”

Não obstante, é notável que as outras potências lá presentes farão o que estiver ao alcance para minar a influência dos Estados Unidos – o *player* de maior peso na região –, e ampliar as suas próprias naquela parte do mundo. Uma delas é uma antiga e conhecida adversária na geopolítica euroasiática, a saber: a Rússia. Ainda que desmembrada do imenso império que possuía até o início dos anos 90, a Rússia ainda mantém algumas características de uma grande potência. Sua população de 146 milhões de pessoas e seu território que encara diversos cantos do continente fazem com que o Estado russo permaneça como um *player* central e ator principal da geopolítica do coração da Eurásia. Além disso, comanda um vasto suprimento de petróleo e gás conectando seus vizinhos mais fracos e ex-colônias no Leste Europeu à Ásia Central.

Em meio a vantagens e desvantagens, os líderes russos têm estudado uma forma de compensar as perdas sofridas com o fim da Guerra-Fria e, após a posse do então presidente Vladimir Putin, a estratégia unânime e uniforme aos interesses da elite se baseou na modernização e nas reformas econômicas. A partir disso, e de forma limitada, a classe dirigente tem-se esforçado para inflar a influência de Moscou nos territórios que a circundam e nas periferias destes territórios. É indispensável lembrar que o petróleo e o gás os quais a Rússia exporta compartilhavam a maior quantia da receita externa do país, participando de 55% da renda da exportação e 40% da receita pública em 2002 (KLARE, 2005, p.154).

Portanto, defender o monopólio energético em suas fronteiras é fundamental para manter os países importadores do Ocidente patrocinando o crescimento do Estado russo. Ainda que não consiga intimidar os demais somente com a ameaça da força física, a Rússia tem encontrado outros meios para impor seus interesses e as vendas de equipamentos e tecnologia militares para forças armadas estrangeiras são exemplos notáveis. Outra forma utilizada por Moscou, e que angariou resultados positivos, foi manter contato com os altos oficiais da falecida KGB (antigo serviço secreto soviético) nas ex-Repúblicas do bloco comunista, a *nomenklatura*, dando à Moscou certa influência política e econômica sobre esses países. E, ainda sobre as questões energéticas, é nestas que Moscou tem guardado sua abalada posição e nutrido as suas perseverantes tentativas de dominar a política da região.

Para alavancar a produção de commodities, o presidente Putin se esforça em preservar o controle russo sobre o transporte dos recursos do Mar Cáspio para o Ocidente por meio do sistema de oleodutos da era soviética. Em paralelo, também tem dado o seu melhor para bloquear quaisquer alternativas criadas por potências externas para o desvio das rotas que

passam por solo russo. Verifica-se, aí, que os interesses da Rússia e dos Estados Unidos conflitam quando as ambições de ambos são divergentes em seus fins máximos. Um dos primeiros sinais da competição “*behind the curtains*” aconteceu em meados da década de 90 quando os Estados Unidos iniciou pesados investimentos no Cáucaso e na Ásia Central – que na época desejavam fortemente livrar-se da autoridade da ex-metrópole – e a criar laços políticos e militares enquanto pavimentavam o caminho para as empresas de energia que ambicionavam novas fontes dela.

Em seguida, como resposta, Moscou reforçou sua influência sobre as novas nações interpretando as ações de seus pares como movimentos geopolíticos explícitos rumo a um determinado fim político-estratégico. Andrey Urnov, em 2000, então Ministro russo para Negócios Estrangeiros, declarou publicamente que “[i]t hasn’t been left unnoticed in Russia that certain outside interests are trying to weaken our position in the Caspian basin” (KLARE, 2005, p.155).

Para a Rússia, os oleodutos não são apenas instrumentos de poder; estes ainda mantêm a influência do Estado russo em vantagem nos países recém-independentes nas fronteiras do sul. Desta forma, fica claro o empenho de Washington em diminuir o controle russo sobre o fluxo de energia. Aos olhos dos Estados Unidos, a criação de alternativas – como o oleoduto Baku-Tblisi-Ceyhan (BTC) – é uma questão de segurança nacional. Como declara o então Secretário de Energia americano, Bill Richardson, em 1998: “*This is about America’s energy security [...] It’s also about preventing strategic inroads by those who don’t share our values*” (KLARE, 2005, p.155).

Embora a Rússia tenha cooperado com os Estados Unidos e permitido o envio de um grande número de tropas para o continente após os atentados terroristas – cooperação de forte interesse de Moscou vide movimentos separatistas de cunho radical-islâmico na Chechênia –, a expansão militar estadunidense nas áreas do Mar Cáspio tem constrangido a elite russa. Quando um tempo se passou desde 2001 e os Estados Unidos receberam nova permissão dos países hospedeiros, Quirguistão e Uzbequistão, para manter as tropas lá estacionadas a Rússia considerou o movimento como uma estratégia estadunidense de tomar vantagem da boa fé do governo russo para o incremento de sua posição geopolítica na área. O Ministro da Defesa da Rússia em 2003, Sergei Ivanov, comentou o que segue: “[w]e have always been proceeding from the fact that those bases exist solely for the period required for the final, definitive stabilization of the situation in Afghanistan” (KLARE, 2005, p.157).

Para contrapor os Estados Unidos, a Rússia também procurou expandir sua influência militar nessas localidades. Em 2002, instalou um esquadrão aéreo e setecentas tropas de

apoio e suporte em uma base no Quirguistão, próxima à Bishkek, não longe da base estadunidense no Aeroporto Internacional de Manas. Os objetivos declarados dizem respeito a treinamentos com tropas locais para providenciar suporte aéreo para campanhas que necessitem de rápida mobilização. O pacto foi firmado e é autorizado pelos líderes da Rússia, do Cazaquistão, do Quirguistão e do Tajiquistão ainda sob o manto da fracassada CEI. E não sendo o suficiente, Moscou também tem aumentado sua força militar no Tajiquistão – onde um número considerável de soldados russos permanece em constante vigia de fronteiras e transportes de drogas – e emite sinais de uma presença naval, de pequena quantidade, em sua parte do Mar Cáspio. Com isso, aponta-se essa atitude como uma estratégia visando contrabalançar o crescimento de influência e a resultante presença americana na Ásia Central.

Destarte, é sabido que a Rússia também é um agente importante em providenciar armas, assistência militar sob acordos de treinamento e exportação de assessores especializados aos aliados locais com o intuito de melhorar sua posição geoestratégica. Esses destinatários, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, não dispõem de capacidades econômicas que viabilizem compras de equipamentos militares no mercado internacional. No entanto, atos deste tipo – envio de armas, tecnologia e pessoal, além de assinatura de acordos específicos – incitam as outras potências a responderem à altura para fazer frente ao respectivo adversário.

Desta forma, considera-se a Geórgia um típico caso de “*geopolitical struggle*”. Este país, que participa do empreendimento e aluga seu território para transporte do oleoduto BTC, recebia à época um valor em torno de \$1,3 bilhões em auxílio, incluindo assistência e treinamento militar, desde as primeiras reuniões de cunho estratégicas com o Ocidente. Em contrapartida, a Rússia tem intensificado a sua presença na região separatista ao norte, na Abkházia e na Ossétia do Sul.

É perceptível que essas rivalidades na Eurásia entre a Rússia e os Estados Unidos em particular são originadas pela competição por recursos energéticos. Embora Moscou tenha diminuído sua oposição ao BTC naquele momento, a elite russa ainda mantém firme sua vontade de controlar o fluxo de energia do Cáspio. Com isso, sua determinação em apoiar movimentos separatistas no Cáucaso – local que permanece a uma curta distância das rotas dos oleodutos – e firmar suas tropas nas fronteiras enquanto Washington arma a Geórgia e treina suas forças de segurança para defender o percurso BTC são movimentos de conquista de território assim vistos, da mesma forma, em jogos de soma-zero expostos na teoria econômica da escolha racional (*Rational Choice Theory*, no original). Não apenas os problemas na Geórgia fazem parte do jogo, mas também a questão de litígio Nagorno-

Karabakh entre Armênia e Azerbaijão, da qual a primeira é apoiada por Moscou e, a última, por Washington.

Há o plano de outro oleoduto que se origina no Cazaquistão e Turcomenistão na costa oriental do Cáspio que tem elevado a tensão na Rússia sobre a criação ocidental de novas conduções de energia fora de território russo. O Cazaquistão aparece no novo século como um grande produtor de petróleo, ganhando poder de barganha com as demais potências e fazendo com que a Rússia e os Estados Unidos disputem o país centro-asiático em toda sua abundância. É importante lembrar que o fluxo do óleo cazaque passa em sua maioria pelo território russo, atingindo seu destino no porto do Mar Negro conhecido como porto de Novorossiysk. Vendo a possibilidade de ampliar seu mercado e lucro, o Cazaquistão tem-se empenhado em discutir novas rotas com os Estados Unidos da América que, em um esforço recíproco de desviá-las da Rússia, se reúne com as companhias multinacionais de energia para planejar uma condução sob o Mar Cáspio partindo do campo de Tenghiz até Baku, no Azerbaijão, onde se encontraria com as conduções da *BTC pipeline*.

O que seria de esperar, Moscou reagiu às ditas negociações. Em janeiro de 2002, o presidente Putin propôs a “*Eurasian Gás Alliance*” que uniria todos os países da Ásia Central em um sistema de transporte para os mercados ocidentais e que atravessaria a Rússia em grande parte. Além de ranger dentes em Washington, o relacionamento comercial do Estado russo com o Irã e as sucessivas vendas de armas e tecnologia nuclear para o país são outras evidências da rivalidade indireta entre as duas potências - Estados Unidos e Moscou -, na divergência propositada de ações e discursos políticos sobre o governo do Irã para a manutenção dos interesses próprios de cada uma na região. Segundo Klare (2005, p. 167), “[*rising dependence on imports*] will dramatically increase the supply-side risks of petroleum resources [...] and that will damage the country’s capacity to ensure its oil resources as well as economic and political security.”

A citação acima é uma declaração de 2002 feita por Tian Fengshan, Ministro do Interior e Recursos da China. A República Popular da China é a novidade do grande jogo euroasiático e, agora à altura do desafio, busca expandir seus interesses estratégicos na Ásia Central em vista da presença dos Estados Unidos e da OTAN em suas fronteiras. Uma potência em ascensão e tendo grande demanda por commodities, a potência asiática cresce e se envolve na região vizinha com o intuito de adquirir os mesmos recursos essenciais que almejam as demais potências.

O Estado chinês ainda não atingiu o estágio de enviar tropas e construir bases próprias em outros solos, mas já é um competidor em venda de armas e equipamentos para forças

armadas de países da Ásia Central. Aparentemente, a China é uma adversária cuja importância tem-se elevado nas discussões políticas em Washington devido a sua rápida - e cada ano mais emergente - procura mundial de abastecimento de energia, o que futuramente poderá ocasionar uma diminuição da oferta e o aumento dos seus preços. O governo chinês segue os passos das rivais e não hesita em manter relações próximas com os Estados centro-asiáticos produtores de petróleo e gás. Como aponta Klare (2005, p.162), “[w]hat we are seeing [...] is the emergence of a three-way geopolitical struggle”.

Não menos relevante para o envolvimento chinês na Eurásia é o fato de suas fronteiras abrigarem províncias de movimentos separatistas e organizações radicais islâmicas onde, isoladas as minorias étnicas de suas partes, proíbe-se que uma etnia em particular consiga se unir territorialmente e forme um Estado-nação. Com isso, tanto a China quanto a Rússia compartilham o temor das revoltas insurgentes e agem com punho de ferro nas respectivas localidades. Em relação à Xinjiang - e agravando o sentimento de desconfiança de Pequim – fundamenta-se a preocupação com o estabelecimento pelos Estados Unidos de uma constelação de alianças na Ásia Central que possa restringir a influência chinesa em suas próprias fronteiras e com isso ameaçar a autoridade desta em Xinjiang, província esta onde se assenta o maior campo de produção de gás natural chinês e, conseqüentemente, onde se encontra o ponto fraco de sua integridade territorial. Para evitar o cerco a oeste, a China vem estudando um meio de afastar a presença americana do continente enquanto forja alianças com os países vizinhos e organiza grandes e abertas reuniões para discutir o problema com os dirigentes eurasiáticos.

A presença estadunidense causa uma preocupação constante sobre a vulnerabilidade geopolítica da China. O crescimento de sua economia em paralelo às indústrias e sua classe média submetem o país à dependência de energia estrangeira de origem principalmente do Golfo Pérsico e do Mar Cáspio, onde a influência estadunidense amplia seus vínculos regionais. Como há um declínio significativo na produção dos países exportadores de petróleo no Sudeste da Ásia, o Estado chinês vinha compartilhando um total de 48% desde 1997 das importações vindas do Oriente Médio e esperava-se a porcentagem de 81% para 2010 (KLARE, 2005).

Visto isso, o governo chinês receia que em algum momento de apreensão os Estados Unidos possam cortar o fluxo de petróleo para a China e afetar o núcleo duro da economia do país. Pelo fato de Pequim não ter capacidades navais suficientes para disputar o transporte pelos mares com Washington e ainda poder defender suas cargas comerciais, acredita-se que as águas dominadas pela marinha americana são uma chave de toda a vulnerabilidade

chinesa. Para evitar estas desvantagens, a China vem conformando sua política de segurança energética com estratégias que assumem consideráveis riscos e custos ao tesouro nacional. Por isso, ela vem aumentando esforços para acessar os países supridores de energia no continente enquanto reduz sua vulnerabilidade marítima. Essa estratégia, no entanto, requer uma significativa presença do Estado chinês nas regiões produtoras, desenvolvendo, como suas adversárias, laços políticos, econômicos e militares com os novos aliados.

No manejo de seus interesses a China conta com as companhias nacionais de energia em diversas regiões do globo, inclusive na Ásia Central, que agem como “*arms of the government*” e implementam políticas oficiais sob ordens diretas do Estado. Vê-se seus vastos investimentos sendo enviados para países, como o Cazaquistão, onde a China mantém um papel importante como país patrocinador. A empresa nacional cazaque, *Aktobemuniagaz*, compartilha ações com a *China National Petroleum Corporation* (CNPC), cujo capital era de 63% na companhia cazaque; esta última prometendo ainda investimentos em infraestrutura até territórios chineses. Como comenta um oficial da CNPC, “*China’s energy security is the first concern. The company’s interests are second.* (KLARE, 2005).

O Cazaquistão é atrativo por ter fronteiras com a China e por ser uma ponte entre o Mar Cáspio e o leste da Ásia. Uma benção geopolítica que permite a China transportar petróleo e gás para o seu interior desviando das rotas do Golfo Pérsico dominadas pelos Estados Unidos. O custo estimado da construção de um oleoduto ligando os campos de Aktobinsk à costa chinesa é a surpreendente quantia de \$10 bilhões. O Irã também está sob os olhos da República Popular que já importa uma quantidade considerável de petróleo dos campos iranianos. No mais, a elite política chinesa considera Teerã como um parceiro importante no transporte de petróleo do Mar Cáspio para a China e a relação entre os dois países é satisfatória e cordial.

Como seus rivais, a República Popular da China vende e assiste os países vizinhos em armas e treinamentos. Em 2002, as forças do Quirguistão e as tropas chinesas se uniram para conduzir um exercício de contrainsurgência em suas fronteiras. Foi o primeiro treinamento dessa magnitude que o mundo tem notícia do papel da China como participante e principal organizador. De forma ainda mais pragmática, a China estabeleceu vínculos com os países do Cáspio para a criação de uma instituição regional para segurança com o objetivo de facilitar e legitimar sua expansão na Ásia Central.

Os Cinco de Xangai, que mais tarde foi intitulado de Organização Cooperação de Xangai, reúne a China – que lidera o grupo -, a Rússia, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tajiquistão e o Uzbequistão, sendo este último o único que não era membro da organização

anterior. As consultas e reuniões, em sua maioria, visam a fortalecer os laços militares entre os países membros, estabelecem treinamentos articulados de contraterrorismo na região e congregam discursos de desprazer com a presença do Ocidente no continente. Diante disso, a China parece ter aprendido com a Rússia e os Estados Unidos o ganho geopolítico de fornecer assistência militar para os centro-asiáticos, obtendo, com isso, vantagens estratégicas nas áreas produtoras de energia.

Considerações Finais

Failed states are not only a source of domestic calamities; they are also potentially a source of great power competition that in the past has often led to confrontation, crisis and war. The failure of a state creates a vacuum that, especially in strategically important regions, draws in competitive great-power intervention. [...] the prospect of great power competition over failed “vacuum” states returned. (GRYGIEL, 2009).

Foi visto que o Grande Jogo retomou seu lugar obscurecido pela rivalidade bipolar ocorrida na Guerra Fria. O tabuleiro do jogo permanece em seu terreno habitual, o coração da Eurásia, mas os jogadores envolvidos são outros. E, embora os países não tenham a intenção primária de um choque físico, seus movimentos revelam que farão o que for possível para manter e assegurar seus interesses no grande continente, estes agora conformados à segurança nacional. Como demonstrado, a desconfiança e a proteção de interesses na região podem levar ao conflito maior entre as potências no momento em que as decisivas peças pivôs, os Estados da Ásia Central, elevem a tensão entre si e entrem em guerra por desavenças étnicas ou fronteiriças.

O presságio de um conflito de extensão indeterminada é, pois, alimentado em grande parte pelos ganhos que os dirigentes das repúblicas da região - muitas consideradas “Estados falidos” (i.e. Estados que perderam a capacidade institucional de manter a ordem, a soberania e a autoridade dentro de seus territórios), vêm alcançando a partir da operação do Mercado Geopolítico. Além disso, estes países se armam agora com tecnologia e com armamento militares de parceiros estrangeiros, tornando-se aliados importantes na formulação de política externa das grandes potências. Portanto, diante de tudo o que foi exposto, pode-se afirmar que o mundo e a distância entre as potências têm encolhido à medida que os Estados Unidos, a Rússia e a China se envolvem nas disputas internas e externas destes Estados instáveis da Ásia Central e transformam o núcleo da grande Eurásia em um malquisto barril de pólvoras cuja profecia geopolítica remonta ao início do século passado.

Referências

- BANDEIRA, Luiz A. V. M. (2008). Dimensão Estratégica e Política Externa dos Estados Unidos. **Espaço Acadêmico**, 90. Publicado em: [<http://www.espaçoacademico.com.br/090/90bandeira.pdf>]. Disponibilidade: 29/06/2014.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. (1997). **The Grand Chessboard**. Nova York: Basic Books.
- DA COSTA, Wanderley Messias. (2008). **Geografia Política e Geopolítica**. 2º ed. São Paulo: USP.
- GRYGIEL, Jakub. (2009). Vacuum Wars. **The National Interest**, Publicado em: [<http://www.the-american-interest.com/article.cfm?piece=622>] Disponibilidade: 29/06/2014.
- KHANNA, Parag. (2008). **O Segundo Mundo**. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- KHANNA, Parag. (2011). **Como Governar o Mundo**. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- KLARE, Michael. (2005). **Blood and Oil**. 2º ed. Nova York: Holt.
- KLARE, Michael. (2009). **Rising Powers, Shrinking Planet**. 2º ed. Nova York: Holt.
- KLEVEMAN, Lutz. (2003). **The New Great Game**. Nova York: Atlantic Monthly Press.
- LEVINE, Steve. (2007). **O Petróleo e a Glória**. São Paulo: Landscape.
- RASHID, Ahmed. (2003). **Jihad**. São Paulo: Cosac & Naify.
- RASHID, Ahmed. (2011). **Os Talibãs**. Lisboa: Terramar.
- WIKILEAKS. (2010) US Embassy Cables: Prince Andrew Rails Against France, the SFO and the Guardian. **The Guardian**. Publicado em: [<http://www.theguardian.com/world/us-embassy-cables-documents/175722>] Disponibilidade: 29/06/2014.